

15 de março de 2023

Censos 2021

O QUE NOS DIZEM OS CENSOS SOBRE DINÂMICAS TERRITORIAIS

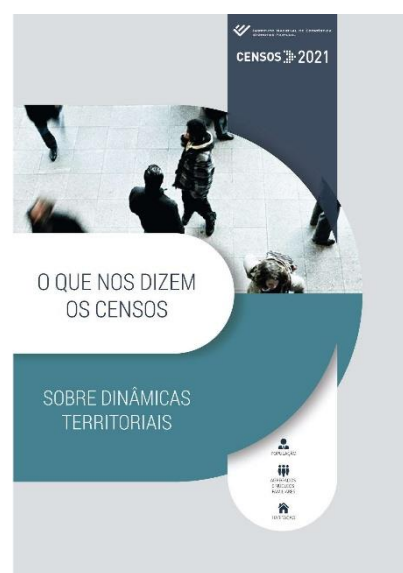
O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza hoje a publicação “O que nos dizem os Censos sobre dinâmicas territoriais”, com base nos resultados do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021) sobre as dinâmicas do território.

Constitui o quinto número da série de estudos publicada pelo INE, no âmbito dos Censos 2021, que procura aprofundar algumas das dimensões censitárias mais relevantes ao nível da população, dos agregados familiares e da habitação.

Em anexo à Publicação, disponibiliza-se o conjunto de indicadores objeto de análise na publicação, privilegiando-se o detalhe geográfico ao nível das NUTS III, municípios e freguesias, e sempre que relevante com informação que permite a comparação entre os Censos 2011 e os Censos 2021.

A Publicação “O que nos dizem os Censos sobre dinâmicas territoriais” apresenta uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2021 relativos ao território e suas dinâmicas.

Pretende-se apresentar um retrato do território nacional, explorando as seguintes temáticas: a ocupação do território; a mobilidade territorial através das alterações de residência e a organização funcional dos territórios à luz das deslocações casa-trabalho.



CENSOS 2021



De acordo com os dados dos Censos 2021:

- Maior concentração da população no litoral, em especial nas áreas metropolitanas, por oposição ao interior do Continente; tendo-se registado um reforço da litoralização nas últimas duas décadas.
- Em termos médios residiam no país 112,15 indivíduos por km²; apenas 38% das freguesias tinham densidades populacionais superiores à média nacional.
- Contraste significativo entre a densidade do povoamento das áreas predominantemente urbanas (453,7) e rurais (22,0) e entre as áreas costeiras (423,8) face às áreas não costeiras (64,6).
- Entre 2011 e 2021, a população residente em Portugal diminuiu 2,07%. O Algarve (+3,62%), a Área Metropolitana de Lisboa (+1,71%), o Cávado (+1,57%) e o Oeste (+0,27%) foram as únicas NUTS III com aumento populacional.
- Apenas 50 dos 308 (16%) municípios registaram uma evolução positiva da população, localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e no Algarve.
- A relação da distribuição da população e dos alojamentos familiares clássicos sugere uma menor adequação da disponibilidade potencial de oferta de habitação à população nos municípios das áreas metropolitanas.
- Em 2021, 13,7% da população alterou a residência face a 31 de dezembro de 2019 (11,7% em 2011), tendo-se verificado também um aumento da mobilidade em todas as NUTS III, com exceção da R.A. Açores.
- Na última década, alargou-se o âmbito espacial das alterações de residência: 51,3% da população que alterou de residência era proveniente de outro município (22,2% em 2011).
- A proporção de população que a 31/12/2019 residia no estrangeiro era 1,4%, assumindo maior expressão em municípios localizados sobretudo no Algarve, na R.A. Madeira, na AML e, na fronteira da região Norte e Centro.
- Em 22 municípios, mais de 10% da população residia noutra município a 31 de dezembro de 2019.
- 60 municípios registaram taxas migratórias internas negativas, dos quais, 10 pertenciam à Área Metropolitana de Lisboa, destacando-se o município de Lisboa com uma taxa de -3%, a mais baixa do país.
- Os resultados sugerem um alargamento do âmbito territorial das mobilidades por motivos de trabalho: a proporção da população empregada num município distinto da residência aumentou no país (34,1% em 2021 e 32,8% em 2011) e na generalidade das NUTS III.
- Em 40 municípios, o número de empregados era superior à população residente empregada, destacando-se Lisboa e Porto. Moita, Seixal e Odivelas apresentaram um nível de emprego correspondente a menos de metade da população residente empregada.
- Em 2021 (tal como em 2011), em todas as NUTS III, mais de metade da população residente empregada utilizava o automóvel ligeiro como principal meio de transporte para as deslocações casa-trabalho, verificando-se um aumento do peso relativo deste meio de transporte em todas as sub-regiões do país.
- A população residente empregada que utilizava o automóvel ligeiro no trajeto casa-trabalho demorava em média 18,8 minutos, enquanto a população empregada que recorria ao transporte coletivo despendia 43,5 min.